

MOVA SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstração dos Resultados Abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras da MOVA Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A., acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Sobre a Mova

A MOVA Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A. (“Mova ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica regulada pelo Banco Central do Brasil nos moldes da Resolução 4.656 de 26 de abril de 2018, atualizada pela Resolução 5.050 de 25 de novembro de 2022.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 31 de dezembro de 2024, a Mova possui ativos totais de R\$ 57,2 milhões (R\$ 47,9 milhões em 2023), sendo R\$ 11,6 milhões de caixa e equivalentes a caixa (R\$ 17,1 milhões em 2023).

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 32 milhões (R\$ 17,2 milhões em 2023).

O lucro do exercício de 2024 é de R\$ 6,9 milhões (prejuízo R\$ 19,2 milhões em 2023).

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles

Contador CRC 1SP295315/O-4

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	3.809	897	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		275	57
				Valores a repassar - Operações entre pessoas	9	275	57
Instrumentos financeiros		15.888	16.762				
Títulos e valores mobiliários	4, 5.a e 5.b	15.888	16.762	Outros passivos		24.830	30.653
				Fiscais e previdenciárias	10.a	8.077	3.153
Outros Ativos		36.614	29.107	Outros passivos	10.b	6.964	1.943
Adiantamentos diversos	7	369	386	Comissões a pagar	10.c	2.882	4.780
Impostos e contribuições a compensar	7	5.805	256	Obrigações por empréstimo	10.d	6.710	20.344
Créditos tributários	7 e 16	24.656	26.586	Contingências	10.e	197	433
Serviços prestados a receber	7	5.800	1.529				
(-) Provisão para perdas esperadas	7	(95)	-				
Valores a receber	7	79	350				
				Patrimônio líquido	11	32.067	17.225
Imobilizado Líquido		861	1.169	Capital Social		65.250	57.250
Imobilizados de uso	8	1.178	1.416	Capital a integralizar		(50)	-
Depreciações e amortizações		(317)	(247)	Prejuízos Acumulados		(33.126)	(40.025)
				Outros resultados abrangentes		(7)	-
Total do Ativo		57.172	47.935	Total do Passivo		57.172	47.935

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

		2º Semestre	Exercícios	
	Nota	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2023
Receitas da intermediação financeira		67.635	105.559	47.933
Receitas da intermediação financeira	12	67.635	105.559	47.933
Outras Receitas operacionais	13	11.733	36.086	7.017
Outras Receitas Operacionais		228	626	4.249
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.c	328	1.144	2.768
Receitas de prestação de serviços	13	11.177	34.316	0
Outras Despesas Operacionais		(81.646)	(130.599)	(86.571)
Despesas de pessoal	14.a	(12.210)	(21.724)	(23.164)
Outras despesas administrativas	14.b	(58.892)	(88.096)	(47.427)
Despesas tributárias	14.c	(7.628)	(13.559)	(4.760)
Outras Despesas Operacionais	14.d	(2.753)	(7.044)	(11.220)
(-) Provisão para perdas esperadas		(163)	(176)	-
Despesas de provisões		(33)	297	(396)
Provisões para Contingências	10.e	(33)	297	(396)
Resultado operacional		(2.311)	11.343	(32.017)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(2.311)	11.343	(32.017)
Imposto de renda e contribuição social		947	(4.444)	12.748
Provisão para imposto de renda	15	292	(1.524)	0
Provisão para contribuição social	15	151	(987)	0
Ativo fiscal diferido	15	504	(1.933)	12.748
Lucro / (Prejuízo) do semestre / exercícios		(1.364)	6.899	(19.269)
Lucro / (Prejuízo) do semestre / exercícios por ação - R\$		(0,02383)	0,12051	(1,11704)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro 2024**

	2º Semestre	Exercícios	
	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2023
Lucro / (Prejuízo) do semestre / exercícios	(1.364)	6.899	(19.269)
Resultados abrangentes	(7)	(7)	-
Resultado abrangente do semestre / exercícios	(1.371)	6.892	(19.269)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	(-) Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos no início do exercício de 2023		17.250	-	(20.756)	-	(3.506)
Prejuízo do exercício		-	-	(19.269)	-	(19.269)
Aumento de Capital Social	11	40.000	-	-	-	40.000
Saldos em 31/12/2023		57.250	-	(40.025)	-	17.225
Saldos em 31/12/2023		57.250	-	(40.025)	-	17.225
Lucro líquido do exercício		-	-	6.899	-	6.899
Integralização de Capital	11	8.000	(50)	-	-	7.950
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(7)	(7)
Saldos em 31/12/2024		65.250	(50)	(33.126)	(7)	32.067
Saldos no início 2º do semestre de 2024		57.250	-	(31.762)	-	25.488
Prejuízo do exercício		-	-	(1.364)	-	(1.364)
Integralização de Capital	11	8.000	(50)	-	-	7.950
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(7)	(7)
Saldos em 31/12/2024		65.250	(50)	(33.126)	(7)	32.067

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro 2024

(em milhares de reais)

		2º Semestre	Exercícios	
	Nota	2024	2024	2023
Atividades operacionais				
Ajustes do semestre / exercícios				
Lucro / (Prejuízo) do semestre / exercícios		(1.364)	6.899	(19.269)
Provisão para perdas esperadas		163	176	-
Imposto de renda e contribuição social		2.510	2.510	-
Ativo fiscal diferido	7	(3.458)	1.933	(12.748)
Depreciações e amortizações	8.a	132	290	121
Perda de imobilizado		110	110	
Provisão de passivos contingentes	10.d	42	(236)	383
Lucro / Prejuízo ajustado		(1.865)	11.682	(31.513)
Aumento / redução nos ativos operacionais		1.401	(13.847)	(355)
Títulos e valores mobiliários	5	(8.037)	(7.518)	(453)
Outros ativos	7	5.977	(1.977)	954
Serviços prestados a receber	7	3.461	(4.352)	(856)
Aumento /redução nos passivos operacionais		(2.242)	2.472	(11.237)
Obrigações trabalhistas		(409)	459	438
Obrigações fiscais e previdenciárias		432	2.414	2.040
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.284)	(3.284)	-
Valores a repassar - Operações entre pessoas		(1.867)	218	(8)
Outros passivos		2.886	2.665	(13.707)
(=) Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(2.706)	307	(43.105)
Atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	8	-	(92)	(933)
(=) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(92)	(933)
Atividades de financiamento				
Aumento de Capital	11	7.950	7.950	40.000
Obrigações por empréstimo		(7.182)	(13.634)	20.344
(=) Caixa Líquido proveniente das atividades de financiamento		768	(5.684)	60.344
Aumento / redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.938)	(5.469)	16.306
Caixa e Equivalentes de Caixa				
10 No início do semestre / exercícios	4	13.609	17.140	834
11 No fim do semestre / exercícios	4	11.671	11.671	17.140
Aumento / redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.938)	(5.469)	16.306

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A (“Instituição” ou “Mova”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Faria Lima, 1306, 6º andar, Pinheiros, São Paulo, que tem como objeto social a prática de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica. Em 16 de abril de 2019 o Banco Central do Brasil concedeu autorização para o funcionamento desta Instituição.

A Experian, empresa global de serviços de informação, anunciou em 16 de maio de 2022 a celebração de acordo de investimento para aquisição de participação societária representando 51% do capital social da Mova. O investimento de R\$ 40 milhões foi realizado por meio da Financeira Veloz Holding Financeira S.A., parte do grupo Serasa Experian, mediante emissão primária de ações. A operação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 21 de julho de 2022, e aprovada pelo Banco Central do Brasil em 03 de agosto de 2023.

A MOVA alcançou fase de crescimento sustentável, com captação de novos parceiros comerciais de alta relevância em seus mercados, através de produtos e serviços desenvolvidos e elaborados a partir de investimentos efetuados em sua plataforma tecnológica, permitindo a geração de resultado positivo exercício em 2024.

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e de acordo com a circular 3.903 de 06 de junho de 2018 do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional, que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2025.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes

São representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

ii. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, juros e variações monetárias ou cambiais, incorridos em base “*pro rata*” dia.

Foram reconhecidas perdas por imparidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O valor foi apurado baseado nos dias de atraso, conforme a Resolução 2.682/99.

iii. Valores a receber e a repassar de operações de empréstimos entre pessoas

As operações de empréstimos entre pessoas por meio de plataforma eletrônica são registradas com os parâmetros estabelecidos pela Resolução 5.050/22 e registradas em conta de compensação de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 276 de 4/4/2022.

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

c) Imobilizado

A Resolução nº 4.535 de 24 de novembro de 2016 dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

d) Intangível

Conforme disposto na Resolução CMN nº 4.534/16, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Instituição ou exercidos com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Instrução Normativa nº 276/2022 do BACEN.

e) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados nas notas explicativas conforme BCB 02, pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

f) Provisões, Ativos contingentes e Passivos contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais conforme estabelecido no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações:

- Provável: é constituída provisão.
- Possível: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes são divulgados nas Demonstrações Contábeis.
- Remota: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis

Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

i) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada sobre a alíquota de 15%.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Resolução CMN no. 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. Não foram identificadas perdas por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

i) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

j) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência e as receitas e despesas são reconhecidas *pro rata temporis*.

A companhia aufera receitas de prestação de serviços referentes a: a) Intermediação na realização de operações de empréstimos entre pessoas por meio de plataforma eletrônica; b) Serviços de Análise de crédito para clientes ou terceiros; c) Serviços de Cobrança para clientes ou terceiros, d) Realização de operações de crédito não Inclusas na Rubrica de Intermediação Financeira.

l) Resultado recorrente e não recorrente

As políticas internas da Mova consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da instituição previsto em seu Estatuto Social.

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Não identificamos resultados não recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídas por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalente de Caixa	Valor	Valor
Omni Banco S.A.	596	165
Banco Bradesco S.A.	-	659
Banco Itaú S.A.	3.009	12
Banco do Brasil Corporate	-	3
Banco do Bradesco S.A. (CDB)	2.706	-
Iugu Serviços na Internet S.A.	184	43
Transfeera Serviços de Pagamentos Ltda.	20	15
Cotas de Fundos de Investimentos	5.156	16.243
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	11.671	17.140

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Descrição	Valor	Valor
Carteira própria		
CDB	2.706	519
Cotas de Fundos de Investimentos	5.156	16.243
Vinculado ao Banco Central		
LFT ¹	8.026	-
Total	15.888	16.762

¹ As LFT'S estão classificadas como disponível para venda.

b) Composição por vencimento:

		Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Descrição	Vencimentos	Valor contábil	Valor mercado	Valor custo atualizado
CDB	-	2.706	2.706	519
Cotas de Fundos de Investimentos	-	5.156	5.156	16.243
LFT	01/03/2026	8.026	8.037	-
Total	-	15.888	15.899	16.762

c) Resultado com títulos e valores mobiliários:

Descrição	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de aplicação s/títulos de renda fixa e vinculados a garantia/ Banco Central (nota 13)	51	51	2.437
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 13)	206	533	206
Resultado de operações s/ cotas de fundos de investimentos (nota 13)	125	560	125
Total	328	1.144	2.768

6. Operações de crédito

As operações ativas são remuneradas a uma taxa que varia entre 0,00% a 300% ao ano, de acordo com o prazo da operação.

a) Saldo de operações SEP “Sociedade de Empréstimos entre Pessoas” (Tomador) pelo prazo das operações:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2035	2036	Total	2023
Total	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Pessoa Física	10.756	42.506	167.591	198.281	46.367	22.193	10.312	39.588	4.835	217	2	0	542.648	236.274
Pessoa Jurídica	26.577	84.040	291.370	432.752	34.833	32.818	5.249	6.343	0	0	0	5.357	919.339	776.842
Total Geral	37.333	126.546	458.961	631.033	81.200	55.011	15.561	45.931	4.835	217	2	5.357	1.461.987	1.013.116

b) Saldo de operações SEP “Sociedade de Empréstimos entre Pessoas” (Investidor) pelo prazo das operações:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2035	2036	Total	2023
Total	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Pessoa Física	2.455	15.760	20.076	52.377	22.580	18.656	988	6.343	0	0	0	5.357	144.592	55.147
Pessoa Jurídica	34.878	110.786	438.885	578.655	58.620	36.355	14.574	39.588	4.835	217	2	0	1.317.395	957.969
Total Geral	37.333	126.546	458.961	631.032	81.200	55.011	15.562	45.931	4.835	217	2	5.357	1.461.987	1.013.116

A Mova Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A. intermedia operações de empréstimo/ financiamento entre empresas ou pessoas.

c) Movimentação das operações:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	1.013.116	558.748
(+) Operações realizadas no período	2.485.049	1.138.130
(+) Rendas/ (-) Perdas	149.124	252.976
(-) Liquidações de parcelas	(2.185.302)	(936.738)
Saldo final	1.461.987	1.013.116

7. Outros ativos

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos diversos	368	-	368	386	-	386
Impostos e contribuições a compensar	5.805	-	5.805	256	-	256
Créditos tributários	-	24.657	24.657	-	26.586	26.586
Serviços prestados a receber ⁽¹⁾	5.800	-	5.800	1.529	-	1.529
Provisão para perdas esperadas ⁽²⁾	(95)	-	(95)	-	-	-
Valores a receber cobrança	79	-	79	350	-	350
Total	11.957	24.657	36.614	2.521	26.586	29.107

⁽¹⁾ O saldo refere-se a serviços de intermediação de operações de empréstimos entre pessoas. E o aumento refere-se a novos clientes em 2024.

⁽²⁾ A Pdd foi calculada baseada nos dias de atraso das contas a receber conforme estabelecido na Resolução 2.682/99.

8. Imobilizado de uso

Descrição	Taxa de depreciação	Não Circulante			Não Circulante	
		31/12/2024	Adições	(Baixas)	31/12/2023	
Outras imobilizações de Uso ⁽¹⁾	10%	1.178	92	(330)	1.416	
(-) Depreciações		(317)	(290)	220	(247)	
Total		861	(198)	(110)	1.169	

⁽¹⁾ O saldo de R\$ 1.178 (R\$ 1.416 em 31 de dezembro de 2023) refere-se aquisição de máquinas e equipamentos.

9. Depósitos e Demais Instrumentos financeiros passivos

Descrição	31/12/2024		31/12/2023
	Circulante	Total	Total
Valores a repassar - Operações entre pessoas ⁽¹⁾	275	275	57
Total	275	275	57

⁽¹⁾ O valor de R\$ 275 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a recursos disponibilizados pelos credores ainda não repassados aos tomadores.

10. Outros passivos

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2024		31/12/2023
	Circulante	Total	Total
Contribuição para o COFINS	653	653	194
Impostos e contribuições serviços de terceiros	396	396	75
Impostos e contribuições sobre salários	834	834	642
Programa de Integração Social - PIS	106	106	32
Imposto Sobre Serviços - ISS	856	856	233
Imposto de renda e contribuição social	2.511	2.511	-
Outros Cobrança	68	68	313
IOF a Recolher	2.653	2.653	1.664
Total	8.077	8.077	3.153

b) Outros Passivos

Descrição	31/12/2024		31/12/2023
	Circulante	Total	Total
Fornecedores a pagar ⁽¹⁾	4.686	4.686	158
Obrigações trabalhistas	2.080	2.080	1.622
Obrigações com partes relacionadas	198	198	163
Total	6.964	6.964	1.943

⁽¹⁾ O aumento se refere substancialmente as despesas com Marketing e Correspondente bancário

c) Comissões a pagar

Descrição	31/12/2024		31/12/2023
	Circulante	Total	Total
Comissões a pagar ⁽¹⁾	2.882	2.882	4.780
Total	2.882	2.882	4.780

⁽¹⁾ As comissões a pagar referem-se a Marketing Direto (Leads).

d) Obrigações por empréstimo

Descrição	31/12/2024		31/12/2023
	Circulante	Total	Total
Mútuo Serasa S.A.	6.710	6.710	20.344
Total	6.710	6.710	20.344

e) Contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes de 2024, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

31/12/2024				
Descrição	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2024
Ações cíveis ⁽¹⁾	433	92	(328)	197
Total	433	92	(328)	197

31/12/2023				
Descrição	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2023
Ações cíveis ⁽¹⁾	50	450	(67)	433
Total	50	450	(67)	433

Movimentação da provisão para contingência no resultado:

2024

Descrição	Constituição de provisão de contingências	Reversão de provisão de contingências	Valores a receber - ações perdas e danos	Total de provisão de contingência s
Provisão para contingências	(92)	328	61	297
Total	(92)	328	61	297

2023

Descrição	Constituição de provisão de contingências	Reversão de provisão de contingências	Valores a receber - ações perdas e danos	Total de provisão de contingências
Provisão para contingências	(450)	67	(13)	(396)
Total	(450)	67	(13)	(396)

⁽¹⁾ Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas.

f) Classificação das ações por níveis de riscos

31/12/2024		
Ações Cíveis	Quantidade	Valor
Prováveis	35	197
Possíveis	260	12.835
Total	295	13.032

31/12/2023		
Ações Cíveis	Quantidade	Valor
Prováveis	13	433
Possíveis	166	6.113
Total	179	6.546

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 65.250 (R\$ 57.250 em 31 de dezembro de 2023) e estão representadas por 43.204.081 (35.204.081 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizada.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 09 de novembro de 2024, os acionistas deliberaram e aprovaram o aumento de Capital Social da Instituição passando de R\$ 57.250 para R\$ 65.250. Este processo está em homologação pelo Banco Central do Brasil.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 03 de abril de 2023, os acionistas deliberaram e aprovaram o aumento de Capital Social da Instituição passando de R\$ 17.250 para R\$ 57.250.

Em 03 de agosto de 2023, por meio do ofício 18.959/2023-BCB, o Banco Central do Brasil aprovou conforme especificado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o pedido de autorização para aumento de capital, a reforma estatutária da Instituição, a eleição dos membros da diretoria e a alteração do controle societário com a entrada da Financeira Veloz Holding Financeira S.A.

	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	57.250	17.250
Ações Ordinárias no País	8.000	40.000
Total do Capital Social	65.250	57.250

Dividendos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela Instituição. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

A Instituição apresentou lucro em 31 de dezembro de 2024, mas devido ao prejuízo acumulado, não foram provisionados e nem distribuídos dividendos.

12. Receitas da Intermediação Financeira

As receitas e despesas de intermediação financeira são decorrentes das operações de empréstimos e de financiamentos entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Descrição	Valor	Valor	Valor
Receitas de Intermediação	67.635	105.559	47.933
Total	67.635	105.559	47.933

13. Outras receitas operacionais

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Descrição	Valor	Valor	Valor
Reversão de Provisões Operacionais	-	100	4.159
Atualização de impostos a compensar	147	150	90
Recuperação De Encargos E Despesas	-	295	-
Reversao De Oper. De Cred. Liqu.Duvidosa	81	81	-
Rendas com TVM (nota 5)	328	1.144	2.768
Receitas de prestação de serviços ⁽¹⁾	11.177	34.316	-
Total	11.733	36.086	7.017

⁽¹⁾ As receitas de prestação de serviços referem-se a serviços de Análise de crédito para clientes ou terceiros, serviços de Cobrança para clientes ou terceiros, realização de operações de crédito não Inclusas na Rubrica de Intermediação Financeira.

14. Outras despesas operacionais

a) Despesas de pessoal

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Descrição	Valor	Valor	Valor
Remuneração	(7.686)	(13.936)	(14.916)
Encargos	(2.763)	(5.078)	(5.370)
Benefícios	(1.628)	(2.460)	(2.583)
Treinamentos	(133)	(241)	(263)
Indenizações trabalhistas	-	(9)	(32)
Total	(12.210)	(21.724)	(23.164)

b) Outras despesas administrativas

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Descrição	Valor	Valor	Valor
Serviços técnicos especializados ⁽¹⁾	(1.011)	(2.817)	(3.973)
Processamento de dados ⁽²⁾	(2.530)	(3.276)	(2.868)
Serviços do sistema financeiro ⁽³⁾	(1.044)	(1.938)	(2.197)
Despesas com serviços de terceiros ⁽⁴⁾	(51.265)	(75.127)	(34.651)
Comunicações	(1.187)	(1.545)	(410)
Despesas de aluguéis	(554)	(941)	(656)
Propaganda e publicidade	-	(31)	(1.022)
Outras despesas administrativas	(753)	(1.344)	(1.114)
Taxas e notificações	(416)	(786)	(400)
Depreciação Processamento de Dados	(132)	(291)	(136)
Total	(58.892)	(88.096)	(47.427)

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a Serviços de Consultorias estratégicas, Serviços Administrativos e Assessorias Técnicas.

⁽²⁾ Referem-se substancialmente a Manutenção de sistemas e Desenvolvimento.

⁽³⁾ Referem-se substancialmente a Consultas e Pesquisas De Serviços Cadastrais.

⁽⁴⁾ Referem-se substancialmente a despesas com comissões de intermediação de negócios e Marketing Direto.

c) Despesas tributárias

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Descrição		Valor	Valor
Despesa com COFINS	(3.171)	(5.647)	(2.032)
Despesa com ISS	(3.942)	(6.994)	(2.397)
Despesa com PIS	(515)	(918)	(331)
Total	(7.628)	(13.559)	(4.760)

d) Outras despesas operacionais

	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Descrição		Valor	Valor
Outras Despesas Operacionais	(2.753)	(7.044)	(11.220)
Total	(2.753)	(7.044)	(11.220)

(1) Referem-se substancialmente a Despesas Sobre Mútuos Obtidos R\$ 1.659 (sendo que R\$ 2.612 em 31 de dezembro de 2023) e despesas de infraestrutura em nuvem (google cloud); ferramentas de comunicação externa tais como sms, telefone e chat; ferramentas e softwares ou serviços de operações internas, tais como Jira/Atlassian e Figma.

15. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social e dos Juros sobre Capital Próprio	11.343	(32.017)
Adições	32.270	7.525
Exclusões	(34.217)	(2.328)
Base de cálculo (prejuízo fiscal / base negativa)	9.397	(26.820)
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	(2.819)	-
Lucro real após a compensação	6.578	(26.820)
Total de imposto de renda e contribuição social corrente	(2.511)	-
Alíquota de IRPJ 15% + Adicional de 10%	(1.621)	-
Alíquota de CSLL 15%	(987)	-
(-) Incentivos Fiscais	96	-
Total de ativo fiscal diferido	(1.933)	12.748

16. Crédito Tributário

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal/Base Negativa de CSLL	58.417	61.236
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	95	-
Ajuste a valor de mercado (TVM)	10	-
Demais provisões temporárias	3.118	5.227
	61.640	66.463
Alíquota de IRPJ 25%	15.410	16.616
Alíquota de CSLL 15%	9.246	9.970
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24.656	26.586

O saldo de prejuízo fiscal/base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, provisão para perdas esperadas, ajuste a valor de mercado (TVM) e demais provisões temporárias em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 61.640 (R\$ 66.463 em dezembro/2023).

O Estudo Técnico realizado pela companhia apresentará a partir de 2025 lucro real considerando as projeções de resultado advindos das ações do novo controle acionário.

Expectativa de realização do Crédito Tributário

Data Base 31/12/2024	2025	2026	2027	2028	Total
Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	2.794	4.709	6.412	9.452	23.367
Provisão para perdas	38	-	-	-	38
Ajuste a valor de mercado (TVM)	4	-	-	-	4
Demais Provisões Temporárias	1.247	-	-	-	1.247
TOTAL	4.083	4.709	6.412	9.452	24.656
VALOR PRESENTE	3.638	3.737	4.534	5.953	17.862
% Realização Ano	16,56%	19,10%	26,01%	38,33%	100,00%

Em 31 de dezembro de 2024, os valores presentes desses créditos tributários montam R\$ 17.862 considerando a taxa Selic de 12,25% ao ano.

17. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos decorrentes de operações com partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos/ Passivos	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ Passivos	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	596	(25)	165	(60)
Omni Banco S.A (nota 4)	596	(25)	165	(60)
Outros Ativos	1.742	-	-	-
Omni S/A Crédito, Financiamento E Investimento (nota 7)	1.742	-	-	-
Total de Ativos	2.338	(25)	165	(60)
Outras Obrigações	6.908	(1.659)	20.507	(344)
Omni S/A Crédito, Financiamento E Investimento (nota 10.b)	198	-	163	-
Empréstimo - Serasa S.A. (nota 10.d) ¹	6.710	(1.659)	20.344	(344)
Total de Passivos	6.908	(1.659)	20.507	(344)

(1) Taxa do empréstimo Selic + 2,1%

Operações de crédito com partes relacionadas

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, a partir de 01/01/2019, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e limites definidos em seu artigo 7º, tais como:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

18. Estrutura de gerenciamento de risco de capital

A Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A., enquadrada no segmento S5 conforme Resolução 4.553/17, e atendendo à disposição da Resolução 4.557/17, possui estrutura simplificada de gerenciamento de riscos, que é capaz de identificar, mensurar, avaliar, monitorar reportar, controlar e mitigar os riscos relevantes da instituição. Esse processo visa permitir total transparência às operações de credores e devedores Mova.

A estrutura de gerenciamento de riscos está em constante desenvolvimento, de forma a se adaptar à evolução da complexidade das operações realizadas pela Instituição.

A seguir são apresentados aspectos da estrutura de gerenciamento de Riscos Mova em relação às principais classes de risco:

18.1. Gerenciamento de riscos e análise de sensibilidade

a) Risco de Crédito:

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Considerando as limitações impostas às Sociedades de Empréstimos entre Pessoas - SEP (conforme Resolução 4.656/18), é vedada a utilização de recursos próprios desta instituição para

concessão de empréstimos e financiamentos. A exposição ao risco de crédito Mova, neste contexto, está relacionada basicamente à aplicação de recursos próprios desta instituição.

b) Risco de Liquidez:

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros conforme esperado. Para tanto, a Mova analisa constantemente a adequação de seus fluxos de caixa para os próximos 12 meses, mantendo níveis de liquidez mínimo conforme regulamentação vigente.

c) Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido pela possibilidade de perdas oriundas de variações de preços à mercado de títulos ativos e passivos, o que poderia ocasionar perda de liquidez para honrar os compromissos.

A Mova, por ser caracterizada como SEP, não está exposta ao risco de mercado pois não capta recursos para fins operacionais, e não mantém qualquer instrumento financeiro que possa gerar perda como operações de câmbio, arbitragem ou mesmo em commodities.

d) Risco Operacional:

O risco operacional pode ser gerado por ocorrência de perdas fruto de eventos externos ou de falhas, erros, deficiências ou mesmos processos internos desatualizados ou inadequados, podendo ser promovidos por pessoas ou sistemas. Neste fator de risco estão incluídos os riscos cibernéticos.

A Mova mantém controle de acessos, e procedimento tempestivo de monitoramento e controle das informações disponíveis em sua plataforma, com constante revisão de seus processos com a finalidade de identificar mitigar exposições ao risco.

e) Risco Socioambiental:

O risco socioambiental pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais que venham a ser causados pelas atividades da instituição financeira.

No processo de KYC (conheça seu cliente – devedor e credor) a Mova aplica técnica de PLDFT “Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento de Terrorismo”, avalia Risco de Fraude, analisa Crédito, avalia Risco Reputacional, assim como a exposição ao Risco Socioambiental conforme a Resolução do BACEN 4.327/2014.

Todos os solicitantes de crédito e investidores são avaliados de forma a não comprometerem a imagem da Mova junto ao mercado, aos investidores e aos órgãos regulamentares.

Infratores de delito Socioambiental não estão aptos a operarem através da plataforma da Mova.

f) Risco Regulatório:

O risco regulatório está relacionado às perdas incorridas e/ou sanções sofridas pela instituição decorrentes do descumprimento de dispositivos regulatórios ou legais.

18.2. Basileia e gerenciamento de capital

Em atendimento à Resolução 4.606/17, segue abaixo o cálculo do requerimento de Patrimônio de Referência Simplificado da Mova em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024	31/12/2023
Índice de Basileia (A/C)	-2%	-32%
Limite Regulatório	17%	17%

	2024	2023
Descrição	Valor	Valor
Patrimônio de referência Prs5 (a)	(589)	(9.361)
Risco de Crédito (RWARCpad)	20.161	20.550
Risco Operacional (RWAROpad)	17.830	8.756
Patrimônio de Referência Exigido Para Limite (b)	6.458	4.982
Margem (a - b)	(7.047)	(14.343)

19. Outras informações

a) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN n.º 4.966/21, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.

A Resolução BCB n.º 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB n.º 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 foram estudadas pela Companhia tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Companhia, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos.

A Companhia realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução n.º 4.966/21. De acordo com as simulações efetuadas, espera-se um incremento no valor da perda esperadas associadas ao risco de crédito em função da nova metodologia de provisão.

Abaixo o quadro resumo com os principais impactos esperados com transição da norma:

Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	R\$ Patrimônio Líquido
Perda de crédito esperada para operações de crédito	0
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros	12
Perda de crédito créditos a liberar	0
Remensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma	0
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	0
Outros	0

Os impactos da transição são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros ou perdas acumuladas na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

b) Auditoria Independente

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PA 400 de 21 de novembro de 2019, informamos que a empresa contratada para a revisão das Demonstrações Financeiras para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024, não prestou outros serviços a Instituição que não os de auditoria independente, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os seus interesses de seu cliente. Os valores pagos aos auditores independentes, referente aos serviços de auditoria externa estão previstos para o ano de 2024 no montante de R\$ 111 (R\$ 82 em 2023).

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima

Contador CRC 1SP273890/O-0